

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**MANUELI ARISTIDES ROCHA**

**CONQUISTAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA  
ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA LAGOA TAPADA/PB**

CAJAZEIRAS-PB  
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

R672c Rocha, Manuelli Aristides.  
Conquistas e desafios da educação inclusiva em uma escola municipal de São José da Lagoa Tapada/PB / Manuelli Aristides Rocha. - Cajazeiras, 2019.  
45f.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas.  
Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) UFCG/CFP, 2019.

1. Educação inclusiva. 2. Alunos com deficiência. 3. Estudo de caso. 4. Práticas Pedagógicas. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

MANUELI ARISTIDES ROCHA

CONQUISTAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA  
MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA LAGOA TAPADA/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras - PB, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nozângela Maria Rolim Dantas


CAJAZEIRAS-PB


2019

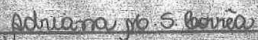
**CONQUISTAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA  
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA/PB**

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

  
Dr.<sup>a</sup> Nozângela Maria Rolim Dantas (Orientadora)

  
Dr. Alexandre Joca (Examinador I)

  
Esp. Adriana Corrêa (Examinador II)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente a Deus por proporcionar a realização de mais um sonho, me conduzindo e me resguardando para que eu conseguisse exceder todas as dificuldades que percorri durante esse processo de formação.

Aos meus pais, Maria do Desterro e Manoel por incentivarem e ajudar nos momentos mais difíceis.

As minhas filhas Maria Rita e Joyce, foi por vocês que superei todas as dificuldades e lutei para concretizar esse sonho. A meu esposo Jorge que esteve presente e que me apoiou, obrigada pela compreensão.

A orientadora Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas, obrigado pelas orientações e toda dedicação para a realização deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo os desafios da educação inclusiva, tendo como objetivo geral o de identificar as conquistas e desafios do professor na educação inclusiva no município de São José da Lagoa Tapada, PB. Como objetivos específicos, buscou-se averiguar a formação do professor no processo de ensino e aprendizagem; observar os desafios e resolutividades com a inclusão de alunos com deficiência e analisar quais as práticas pedagógicas são apontadas pelos professores que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. Para se alcançar os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, descritiva, com a coleta dos dados realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, gravada com autorização dos sujeitos. Além do estudo de campo, também foi realizado um levantamento teórico para melhor compreensão do tema, tendo presente autores como Mantoan (2003), Souto (2014), Cunha (2015), Passos (2016), entre outros e as legislações voltada para a temática da inclusão, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As participantes desse estudo foram duas professoras que atuam na educação básica em uma escola municipal de São José da Lagoa Tapada. As falas das entrevistadas depois de coletadas foram transcritas e analisadas a partir do referencial teórico pertinente ao assunto. De acordo com os achados, observou-se que ainda existem muitos desafios a serem enfrentados na educação inclusiva tais como: uma melhor efetivação da lei voltada para inclusão; melhor qualificação dos profissionais que desenvolvem o trabalho com os alunos com deficiência e a dificuldade de desenvolver práticas pedagógicas adequadas para atender as reais necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Alunos com deficiência; Estudo de caso; Práticas pedagógicas.

## ABSTRACT

The present study aims to study the challenges of inclusive education, with the general objective of identifying the achievements and challenges of teachers in inclusive education in the municipality of São José da Lagoa Tapada, PB. As specific objectives, it was sought to verify the formation of the teacher in the process of teaching and learning; to observe the challenges and resolutions with the inclusion of students with disabilities and to analyze which pedagogical practices are pointed out by the teachers that help in the teaching and learning process of these students. In order to reach the proposed objectives, a qualitative, descriptive, field survey was conducted with the data collection performed through a semistructured interview, recorded with the consent of the subjects. In addition to the field study, a theoretical survey was also carried out to better understand the theme, with presenters such as Mantoan (2003), Souto (2014), Cunha (2015), Passos (2016), among others, and legislations inclusion, such as the Federal Constitution of 1988 and the National Education Guidelines and Bases Law. The participants of this study were two teachers who work in basic education in a municipal school in São José da Lagoa Tapada. The interviewees' speeches after being collected were transcribed and analyzed based on the theoretical framework pertinent to the subject. According to the findings, it was observed that there are still many challenges to be faced in inclusive education, such as: better implementation of the law aimed at inclusion; better qualification of professionals who work with students with disabilities and the difficulty of developing appropriate pedagogical practices to meet the real educational needs of students with disabilities.

**Keywords:** Inclusive education; Students with disabilities; Case study; Pedagogical practices.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AEE-** Atendimento Educacional Especializado

**APAE-** Associação de Pais e Amigos de Excepcionais

**BNCC-** Base Nacional Comum Curricular

**IBC-** Instituto Benjamin Constant

**LDB-** Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**INES-** Instituto Nacional da Educação dos Surdos

**LIBRAS-** Língua Brasileira de Sinais

**MEC-** Ministério da Educação e Cultura

**NAAH/S-** Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação

**PDE-** Plano de Desenvolvimento da Educação



## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 O processo histórico da educação inclusiva e o amparo legal no Brasil.....	13
2.2 Processo de formação dos professores.....	16
2.3 Organização das escolas para educação especial.....	19
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
3.1 Tipo e natureza do estudo.....	22
3.2 Local da pesquisa.....	22
3.3 Instrumentos.....	23
3.4 Coleta de dados.....	23
3.5 Análise dos dados.....	23
3.6 Aspectos éticos.....	24
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>24</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão pode ser entendida como uma mobilização educacional, social e política a qual tem o objetivo de tornar todos os indivíduos participantes da sociedade, sendo respeitados em meio as suas peculiaridades que os fazem diferentes dos outros. No âmbito da educação, os direitos dos alunos que são garantidos pela construção devem ser respeitados para que possam usufruir, apesar das diferenças, de uma educação de qualidade permitindo o desenvolvimento de suas potencialidades e a construção do conhecimento (FREIRE, 2008).

No cenário brasileiro, a inclusão educacional é respaldada pela a Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de nº 9.394/96, além de outros documentos como, por exemplo, as Convenções, entre as quais se destaca a Convenção da Organização das Nações Unidas, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); a Lei da Acessibilidade de Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; A Lei que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) de nº 10.436, de 24 de abril de 2002; o Estatuto da Pessoa com Deficiência Base Nacional Comum Curricular (BNCC Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; e o documento mais recente que foi integrado à educação – a nova) de 2017 – que se constitui em um instrumento que normatiza o ensino em todas as escolas do país e em todas as etapas do ensino básico (PASSOS, 2018).

O período pós-constitucional, no âmbito educacional, foi marcado por uma motivação em cumprir com o dever pautado na universalização da escolaridade obrigatória. Sendo assim, no ano de 2003 o governo federal incorporou a educação inclusiva aos programas e ações da educação por meio do programa “Educação inclusiva: o direito à diversidade”, o qual indica um modelo educacional inclusivo no país, impulsionando o que está prescrito na LDB de nº 9.394/96 em todo o território nacional (BRASIL, 2004).

Os aspectos da educação inclusiva exigem uma transformação dos princípios da educação tradicional, em contrapartida, para que essas mudanças aconteçam o sistema educacional deve estar adepto para receber alunos que apresentem necessidades diferentes do padrão da normalidade (NETO et al, 2018).

É importante ressaltar que existe uma diferença entre incluir e inserir os alunos com deficiência no ensino regular, uma vez que quando estes são apenas inseridos podem ser expostos a situações de exclusão, o que não corresponde à prática da inclusão. De acordo com Moantoan (2003), “integração” e “inclusão” podem parecer sinônimas, porém, são empregados para representar circunstâncias distintas as quais são fundamentados em posicionamentos teóricos metodológicos opostos.

Na sociedade contemporânea se faz necessária à inclusão das pessoas com deficiências do convívio social, diante da perspectiva que a deficiência não os torna incapacitados de fazer parte da sociedade, o que inclui o acesso à escola (CUNHA,2015).

Entretanto, para que a escola receba os alunos com deficiência é preciso de preparo tanto estrutural como dos profissionais para garantir a inclusão em toda sua dimensão. Desse modo, para satisfazer as demandas dos alunos especiais surgiu o Programa de Salas de Recursos Multifuncionais que proporciona o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede pública de ensino (RABELO;KASSAR, 2017).Tal programa foi instituído através da Portaria Ministerial nº13/2007 (BRASIL,2007).

Integrado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,Decreto Nº 7.612. Apesar da legislação vigente acerca da educação inclusiva, o processo de inclusão escolar não é uma tarefa fácil, devido ao fato de necessitar de discussões de valores e preconceitos que fazem parte da cultura brasileira, a quebra desses paradigmas visa uma reestruturação no modo de fazer e pensar a escola (NETO, et al, 2018).

Para que haja a acessibilidade, além de recursos tecnológicos se faz necessário o uso de novas metodologias que fomentem a valorização das para isso, de modo que a deficiência não seja enfatizada como um obstáculo, entanto, os professores devem estar preparados para desenvolverem esses métodos e passar por uma formação voltada para a dimensão das diferenças.

Diante do contexto, emerge a inquietação acerca da preparação da escola e dos professores a respeito da efetivação da educação inclusiva, considerando que os alunos que apresentam deficiência possam ser inseridos e incluídos na escola regular, de forma que tanto a instituição quanto

educadores e professores, estejam engajados no ensino e aprendizado desses alunos, para isso é importante repensar e identificar metodologias e recursos facilitadores desse processo.

Desse modo, de acordo com as considerações apresentadas, delimita-se a seguinte questão norteadora: quais são as conquistas e desafios encontrados pelos professores no processo de educação inclusiva em uma escola em São José da Lagoa Tapada ?

Torna-se importante discutir, indagar e estimular debates a respeito da educação inclusiva, visto que essa prática deve fazer parte da realidade das escolas dessa forma será possível tornar viável a educação de pessoas com deficiência, assim como a sua inserção no meio social, rompendo paradigmas e alcançando conquistas relacionadas à valorização e respeito às diferenças.

Para chegar a responder tal questão pensou-se nos seguintes objetivos: a) objetivo geral: Identificar as conquistas e desafios da educação inclusiva em uma escola no município de São José da Lagoa Tapada, PB. b) objetivos específicos: Averiguar a formação do professor para o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência (ou) para atuar na educação inclusiva; Observar os desafios e resolutividades com a inclusão de alunos com deficiência; Analisar se as práticas pedagógicas auxiliavam no processo de ensino e aprendizagem.

A presente pesquisa foi realizada por meio de procedimento qualitativo, que investigou acerca dos desafios que os estudantes que vivem com deficiência enfrentam ao ingressarem no ensino regular, assim como também as conquistas que esse público alcançou ao usufruir desse direito. Foi de grande importância analisar a qualificação dos professores para acolher os alunos com necessidades educativas especiais e se as escolas estão estruturadas e equipadas para oferecer uma educação de qualidade.

Desse modo, esse trabalho apresenta uma grande relevância para que essas questões sejam visualizadas e debatidas visando meios de garantia de educação de qualidade para todos, estimulando além da inserção a inclusão de deficientes, tanto na escola como em outros contextos sociais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O processo histórico da educação inclusiva e o amparo legal no Brasil

O processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares é um movimento recente. Dentro do contexto histórico, a escola limitava-se a trabalhar com alunos “ditos normais”, ou seja, pessoas que não apresentavam nenhum tipo de deficiência e que pouco se diferenciavam das outras, devido a sua cor, religião, condição econômica e social. Em geral os outros grupos de estudantes que possuíam muitos traços em comum: ideias, filosofias, entre outros, que não diferenciavam do padrão estabelecido pela sociedade. Assim, não se enquadrava dentro desses aspectos sociais, encontravam-se fora da escola.

Para compreender as mudanças que culminaram na atual proposta da educação inclusiva, no Brasil, é relevante conhecer o processo histórico de consolidação do atendimento às pessoas com deficiência no Brasil.

Com a universalização da escola, esse perfil foi se modificando e a escola foi se tornando mais democrática e diversa. O acesso das pessoas com deficiência à escola foi se tornando realidade. No entanto, observa-se que a escola ainda apresenta certa dicotomia entre o integrar e o incluir, de modo que a transformação no processo de uma educação para todos requer mudanças mais significativas no cenário da educação brasileira (BRASIL, 2007).

Durante os séculos XVII e XVIII, ainda não se falava em educação inclusiva, de modo que, as teorias e práticas sociais pertinentes a essa época eram pautadas em discriminação e exclusão, sendo um período marcado pela ignorância, desprezo e preconceito com a pessoa com deficiência, tais comportamentos eram advindos da família, escola e sociedade (SOUTO, 2014).

Desde a época imperial que o Brasil presta assistência às pessoas com deficiência a partir da criação das instituições: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, nos dias de hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, localizados no Rio de Janeiro. No ano de 1945 foi fundado por Helena Antipoff, a Sociedade Pestalozzi, a qual era

especializado em receber pessoas com superdotação ? (NETO, et al, 2018).

A educação inclusiva passou a ser discutida no Brasil a partir do século XX, apresentando-se como uma preocupação dos gestores na criação de instituições de ensino privadas e públicas órgãos normativos estaduais e federais e de salas de aula que promovessem a educação de pessoas com deficiência (ROGALSKI, 2010).

Em 1930, a sociedade passa a se preocupar com a educação das pessoas com deficiências e são criadas as associações e o governo institui escolas junto aos hospitais e às escolas regulares. Nesse período também surgiram novas formas de atendimento nos institutos psicopedagógicos (JANNUZZI, 2004, p.34).

No ano de 1954 a primeira Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) é criada com o intuito de atender as demandas particulares dos alunos com deficiência, uma vez que, as escolas públicas que atendiam a esse público, na época, além de não apresentarem preparo suficiente, também não recebiam esses alunos em seus espaços escolares, pois eles eram encaminhados para as escolas e instituições especializadas. A partir disso, a APAE com auxílio do governo e da comunidade começaram a expandir materiais e métodos específicos para a educação especial (TAVARES, 2005).

No ano de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61 garante o acesso das pessoas com deficiência, chamadas no documento como “excepcionais” a escola, de preferência no ensino regular (BRASIL, 1961).

Em 1971, a Lei nº 5.692/71 faz alterações na LDBEN, utilizando o termo “tratamento especial” referente aos alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não oferecendo organização de um sistema capaz de acolher esse público, ou seja, tornava-se necessário o encaminhamento desses estudantes para salas especializadas (BRASIL, 1971).

Dois anos depois, em 1973, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) fundou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que tinha como função o gerenciamento da educação especial no país, porém, ainda com ações isoladas, desse modo a ideia “política especial” continua vigente distante

de uma política voltada para o acesso universal a educação (BRASIL, 1973).

A Constituição Federal de 1988 aborda em um dos seus objetivos fundamentais no art.3º, inciso IV : “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Como também, no artigo 205, define a educação sendo um direito de todos e no artigo 206, inciso I, determina “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e no artigo 208 estipula ao estado o dever de ofertar atendimento especializado na rede regular de ensino (BRASIL,1988).

A partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em 1994, que contou com uma delegação brasileira, foi elaborada a Declaração de Salamanca, que teve uma importante contribuição na educação inclusiva, devido à valorização da participação de pessoas com deficiência em espaços sociais e em sala de aula regular, desse modo contribuiu para tornar a educação uma forma democrática das oportunidades de ensino, e a escola como o principal local de integração de crianças com necessidades especiais (UNESCO, 1998).

Diante desse contexto, a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - enfatizou essa nova perspectiva da educação, especialmente, no que se refere o artigo 59, o qual, garante aos alunos com deficiência, a adaptação curricular, metodologias que fomentem o seu aprendizado e a organização da escola para atender as necessidades de cada aluno.

Ainda conforme a LDB, no artigo 24, inciso V e o artigo 37 abordam o modo de como a educação regular deve se organizar para atender as demandas dos alunos especiais, considerando as características dos alunos, os seus interesses, limitações e suas condições de vida. Para tanto o sistema de ensino precisa promover capacitações para o corpo docente e para todos que vão lidar direta ou indiretamente com esse aluno (BRASIL, 1996).

Posteriormente, foi sancionada a Lei nº 10.172 de 2001, que aprova o PNE que traz em seu texto o incentivo da escola inclusiva, garantindo o atendimento a todos, independentemente das diferenças (BRASIL, 2001).

De acordo com o Decreto nº 6.571 de 2008, que trata do atendimento educacional especializado voltado para o aluno com deficiência, que consiste num conjunto de atividades que devem ser oferecidas a esse aluno de forma

complementar e suplementar para a sua formação no ensino regular, no intuito de prover o seu acesso, permanência e aprendizagem (BRASIL, 2008).

Apesar, do avanço dos movimentos e políticas públicas, o tema em questão ainda representa um grande desafio para todos que estão envolvidos no processo de escolarização. No ano de 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei de nº 13.146/2015 objetivando assegurar e promover, a igualdade e os direitos destinados a pessoa com deficiência viado a inclusão e o exercício da cidadania (BRASIL,2015).

A LBI em seu Art. 2º, define a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Quando interagem com barreiras, entram a participação completa e ativa na sociedade de modo igualitário (BRASIL, 2015).

Para aplicabilidade da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, deve-se considerar o conceito de acessibilidade e barreiras. A acessibilidade consiste na possibilidade de condições para o uso de forma segura e autônoma, de todos os serviços e instalações de utilização social, por pessoas com deficiência ou redução de mobilidade. Já as barreiras, consistem em obstáculos que impossibilitem a participação das pessoas com deficiência na sociedade, as barreiras podem ser: Urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na comunicação e informação e atitudinais (BRASIL, 2015).

Nessa conjuntura, diante do processo de implantação da educação inclusiva no Brasil e os aspectos legais que garantem o direito das pessoas que vivem com deficiência ao acesso à educação, surge a necessidade dos profissionais que atuam no ensino regular serem capacitados para atender as demandas educacionais dos alunos especiais, especialmente, os professores, sendo eles responsáveis diretos pela educação desses alunos, considerando pertinente uma formação de qualidade que ofereça subsídios para esse trabalho.



## 2.2 Processo de formação dos professores

A educação inclusiva tem apresentado grandes avanços no que se refere à regulamentação da legislação, em contrapartida ainda são encontradas barreiras diante a sua efetivação na realidade das instituições (MICHELS, 2011; HONNEF; COSTA,2012) Para que haja uma mudança nesse cenário, se faz necessária uma ressignificação das concepções da prática da educação inclusiva com vistas à inclusão e o respeito ao direito de educação para todos.

Diante dessa perspectiva, o professor tem um papel fundamental para que o objetivo da educação inclusiva seja atendido, uma vez que este deve ser apto a lidar com o público que necessitam de uma atenção especial, correspondendo à todas as expectativas relacionadas ao aprendizado desse público.

De acordo com as mudanças nos modelos de ensino, um sentimento de desconfiança assola os professores quanto à sua formação devido à complexidade metodológica para atender alunos com deficiência, tornando, por vezes, a prática do professor insegura e, conseqüentemente, exigindo desses profissionais uma preparação mais elaborada para lidar com a diversidade dos alunos (DUEK, 2014).

Desse modo, a formação dos professores deve ser pautada em criar oportunidades para que estes aperfeiçoem seus saberes com relação ao conceito de inclusão e como sua prática se relaciona nessa perspectiva, tornando possível a formação de docentes capacitados para praticar o acolhimento e práticas inovadoras que compreendam todas as necessidades dos alunos, levando o professor à reflexão acerca do desenvolvimento de práticas inclusivas (BARRETO; BARRETO, 2016).

De acordo com Mazzota (1993), o educador deve desenvolver conhecimentos e habilidades que sejam comuns à todos os alunos, depois, o conhecimento específico que compreende uma parcela grande das habilidades para exercer sua atividade profissional. De forma que o professor deve ter uma preparação básica para aprender novas técnicas que possam ser aplicadas a vários tipos de situações, apresentando capacidade de resolver problemas.

Já na ótica de Freitas (2006) , os professores devem receber uma

formação especializada para atender as demandas dos alunos com necessidades especiais, devendo: “ocorrer na ótica da educação inclusiva, como formação de especialista, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional”.

Apesar, da formação especializada para a abordagem de alunos com necessidades educativas especiais, o discente deve fazer parte das salas de aulas comuns e com a mínima ajuda, sendo solicitada a atuação dos professores especializados em situações específicas e para oferecer um suporte no apoio pedagógico da escola, como discorre a Declaração Mundial de Salamanca que aborda acerca do acesso e qualidade educacionais de pessoas com necessidades educativas especiais. (UNESCO, 1994).

Essa Declaração estabelece ainda:

A atenção especial deverá ser dispensada à preparação de todos os professores para que exerçam sua autonomia e apliquem suas competências na adaptação dos programas de estudos e da Pedagogia, a fim de atender às necessidades dos alunos e para que colaborem com os especialistas e com os pais (UNESCO, 1994, p. 37)

Diante dessa perspectiva a Declaração fomenta a capacitação dos professores, de modo geral, para que possam apresentar habilidades para lidar com todos os tipos de deficiência, permitindo que os profissionais possam abordar diversos contextos (UNESCO, 1994).

Entre os pressupostos da LDB (1996) encontra-se a educação especial, sendo entendida como uma modalidade de ensino incorporada na rede regular de ensino para alunos que apresentem alguma necessidade especial, considerando metodologias, recursos educativos e organização especificam para que esses alunos tenham uma aprendizagem satisfatória. No que refere a formação dos professores, essa lei prever uma especialização apropriada para sanar as lacunas no ensino desse público e aos professores que não possuem especialização deve ser oferecida uma capacitação para o acolhimento dos alunos com necessidades especiais nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Considerando que a prática docente do professor não estar resumida apenas a atividades de ensino, esse profissional deve se preparar para lidar

com as diferenças entre os alunos e nos aspectos das relações interativas desse público no ambiente escolar, de modo que toda a responsabilidade acerca do desempenho e do fracasso dos estudantes está atrelada à formação do professor (OLIVEIRA, 2015).

Portanto, é necessário durante o processo de formação dos professores haja uma reflexão acerca da inserção de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular e que esses profissionais devem apresentar um preparo para lidar com as especificidades de aprendizado dos alunos que apresentam deficiência, sem desconsiderar a importância do respeito às diferenças, aprimorando as metodologias para atender a demanda de aprendizagem de todos.

### 2.3 Organização das escolas para educação inclusiva

De acordo com o estatuto da pessoa com deficiência é de competência do poder público assegurar em todos os graus e modalidades de ensino a convivência em um sistema de ensino inclusivo, de modo que a escola deve estar preparada para disponibilizar de recursos que possibilitem a inclusão dos alunos com deficiência (BRASIL, 2015).

Para atender a essa demanda, se faz necessário que a escola apresente estrutura adequada para contemplar todas as necessidades dos alunos que vivem com deficiência, considerando as condições individuais, sendo a instituição responsável por realizar modificações curriculares, adaptações de espaço físico, apoio técnico utilização de instrumentos específicos (FURLAN, 2014). Como aborda Montoan (1997, p.20):

A meta da inclusão é desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverão adaptar-se as particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidades a unificação das modalidades de educação regular e especialmente em um sistema único de ensino caminha – se em direção a uma reforma educacional mais ampla em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitos dentro da educação regular.

A inclusão educacional consiste em um processo que ainda se encontra

em construção, torna-se relevante repensar como esses alunos podem ser acolhidos na escola, propondo-se políticas públicas que visem a qualificação dos professores e uma formação adequada para atender as demandas da inclusão, além disso, a escola deve apresentar uma boa estruturação que permita condições dignas de trabalho para todos (LOPES; CAPELLINI, 2015).

As adaptações na escola inclusiva variam de grande a médio porte, sendo os órgãos federais, estaduais e municipais de educação responsáveis, quanto às adaptações de pequeno porte são realizadas por professores e funcionários, todos com o objetivo de inserir e incluir os alunos com deficiência no ensino regular (ROCHA, 2017).

Compreende-se que qualquer pessoa pode desenvolver alguma necessidade especial no processo de aprendizagem, podendo ser permanente ou temporária. As principais deficiências encontradas na escola estão relacionadas à dificuldade de comunicação e limitações físicas.

Os alunos que apresentam surdez, cegueira, surdo-cegueira ou outras alterações acentuadas relacionadas à linguagem, devem usufruir de métodos específicos de ensino, de modo que os professores devem estar preparados para ministrar aulas empregando linguagens e códigos para suprir as dificuldades dos alunos (JANUÁRIA, 2010).

Para realizar a inclusão e inserção do aluno surdo no ensino regular, utiliza-se a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), desse modo, faz-se necessária a qualificação dos professores ou a contratação de interpretes para que as aulas sejam aprovietadas em toda sua essência, sendo importante para a comunicação entre os alunos e com o professor, assim como, para facilitar o ato pedagógico para que o aluno tenha um melhor aproveitamento (JANUÁRIA, 2010).

A comunicação por meio das LIBRAS é reconhecida legalmente pela Lei 10.436/02, a qual determina que a disciplina de Libras se faça presente nos componentes curriculares dos professores no período de formação, com o intuito de apoiar o uso e disseminar essa forma de comunicação (BRASIL, 2002).

No que se referem aos deficientes visuais, as salas de aula devem utilizar tecnologias assistivas no intuito de fomentar a educação dessas pessoas e promover para eles o máximo de autonomia possível, considerando

que os deficientes visuais apresentam os outros sentidos apurados de forma que o processo de aprendizagem pode ocorrer de forma semelhante com pessoas sem deficiência. É preciso que os professores apresentem conhecimentos específicos do ensino de braile (LEITE; PEREIRA, 2009).

No ano de 2005, foram implantados os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todo território nacional, com o objetivo de organizar áreas de referência para educação especializada, principalmente, no que diz respeito às altas habilidades/superdotação, de modo que tanto a família como os professores recebem orientações para que a educação desse público seja garantida (BRASIL, 2005).

A Lei nº 12.764/2012 que criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista dispõe que todas as escolas devem realizar a matrícula das pessoas com deficiência, sendo obrigação dos gestores escolares garantirem esse direito e caso contrário será passível a punição (BRASIL, 2012).

Portanto, a escola deve apresentar subsídios para oferecer uma educação de qualidade e inclusiva, seguindo as orientações das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, de modo que a escolas matriculem estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas salas de aula do ensino regular e nas salas de ensino especializado.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo e natureza do estudo**

Este estudo é de natureza descritiva e de abordagem qualitativa, de acordo com Gil (2008) a investigação com aspecto descritivo proporciona a observação, o registro e análise de fatos e fenômenos que ocorrem na sociedade, viabilizando a descrição de acontecimentos e discursos que potencializam uma discussão vasta acerca da temática proposta.

A pesquisa qualitativa é caracterizada como o estudo das questões sociais que não podem ser quantificadas, de modo que, os aspectos que são considerados nessa abordagem estão associados aos significados, aspirações, crenças, atitudes e valores, que não podem ser operacionalizados como variáveis (MINAYO, 2007).

A pesquisa qualitativa investiga o objeto de estudo a fundo, procurando destacar as conquistas e desafios da educação inclusiva. Para isso, é preciso o emprego de várias estratégias, lançando mão de perspectivas distintas, e dota-se da flexibilidade suficiente para alterar as técnicas utilizadas caso necessário. A observação e a entrevista são os instrumentos essenciais para a coleta de informação (MARCHESI, 2004).

Esse estudo também se enquadra no estudo de caso, de firma que enfatiza um fenômeno individual. O estudo de caso é um método novo e que vem sendo utilizado cada vez mais no âmbito educacional, corresponde a uma metodologia vantajosa ao fornecer uma percepção ampla e integrada de uma singularidade social complexa (ANDRÉ, 2005).

#### **3.2 Local da pesquisa**

A pesquisa se realizou em uma escola Municipal do sertão paraibano, o método de coleta foi uma entrevista e foi realizada com dois sujeitos: sendo duas professoras de uma escola da rede municipal da cidade de São Jose da Lagoa Tapada/PB.

São José da Lagoa Tapada é uma cidade do alto sertão paraibano, nordeste, Brasil e possui 341,806 km<sup>2</sup> de extensão territorial. De acordo com o ultimo censo, em 2010, o número de habitantes era de 7564

com população estimada para 2018 de 7580 habitantes (IBGE, 2017).

Os dados dos sujeitos e a identificação da escola serão mantidos em sigilo conforme a resolução 510/2016. Foi utilizado na entrevista como ferramenta de coleta, o uso de um celular para gravação das falas das entrevistas com autorização dos sujeitos, após a realização das entrevistas foi transcrita e analisadas para se obter os resultados traçados.

### 3.3 Instrumentos

O instrumento utilizado para coletar os dados refere-se a um roteiro de entrevista semiestruturada que contém questões acerca de dados sociodemográficos e perguntas subjetivas, considerando questionamentos sobre a educação inclusiva na escola escolhida de acordo com a percepção dos sujeitos da pesquisa.

### 3.4 Coleta de dados

Entrevista realizada individualmente, sem nenhum tipo de interferência ou indução de respostas, deixando os participantes do estudo livres para expressar suas opiniões. As entrevistas ocorreram em local reservado e foram gravadas conforme a autorização dos entrevistados.

### 3.5 Análise dos dados

A análise dos dados corresponde à uma fase de grande importância da pesquisa, de modo que foi feita a relação entre o conteúdo advindo das entrevistas com o estudo realizado na literatura. Neste estudo se utiliza o método hermenêutico- dialético, devido ao fato de se analisar uma realidade de acordo com seu contexto. Minayo (1994) aborda que o que foi falado pelos participantes do estudo deve ser analisado de acordo com o meio no qual ele se insere para que se possa ter uma interpretação mais precisa.

### 3.6 Aspectos éticos

Este estudo respeita e cumpre os requisitos da autonomia, justiça e não maleficência. Foram prestados esclarecimentos acerca dos objetivos da pesquisa e quanto à confidencialidade dos dados coletados e a garantia do anonimato. As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo todas as informações necessárias para o entrevistado.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Foram entrevistadas duas participantes, professoras da educação infantil de uma instituição escolar da rede pública do município de São José de Lagoa Tapada- Paraíba. A instituição conta com 412 alunos, sua estrutura arquitetônica conta com uma rampa na entrada, os banheiros não são adaptados para pessoas com deficiência, e é de uso comum para todos: adultos e crianças. A escola conta com 10 salas de aulas e funciona no período diurno com turmas do 1º ao 5º ano. Há também uma sala para a Diretoria e Secretaria. Na escola não existe escada, assim facilita a locomoção de pessoas em cadeira de rodas, mas não possui piso tátil em sua estrutura física. Por fim, na escola não existe Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), embora existam alunos com deficiência matriculados nessa escola.

O que se observa é que a política educacional no Brasil assegura aos alunos com deficiência, o ingresso nas turmas de ensino regular, porém, muitas escolas e professores vivenciam diversos desafios, como a falta de formação para trabalhar com alunos com deficiência, além da falta de profissionais de apoio, material pedagógico apropriado e estrutura arquitetônica adequada, entre outros.

Ao fazer a entrevista com duas professoras de uma escola pública de São José da lagoa Tapada/PB, buscou-se averiguar os principais obstáculos vivenciados por elas na Educação Básicas, como a falta de recursos humanos, materiais e qualificação dos professores, como mostram as falas das



professoras entrevistadas:

**Professora 1:** *Um dos principais desafios, é como se diz assim, é a falta de apoio e material... uma certa preparação, precisava de outra pessoa na sala de aula para ajudar e trabalhar com a gente, porque o tempo fica dividido... falta de apoio [...].*

**Professora 2:** *A formação dos professores, a questão da gente não ter um estudo específico disso e a gente tem que aceitar todas as crianças que tem esses problemas.*

Novos paradigmas precisam ser renovados para atender as novas necessidades no âmbito escolar, sendo os professores os atores principais na mudança desse cenário, porém, para que haja essas modificações no ensino, os professores precisam de recursos adequados para incluir e inserir os alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular. Cabe ao professor também buscar novas alternativas para trabalhar com seus alunos dentro do novo contexto escolar que o processo de inclusão coloca como, por exemplo, mudanças de metodologias aplicada em sala de aula, tais como: trabalho em grupos, provas adaptadas as necessidades dos alunos, rodas de conversas, jogos, ente outras. Conforme Mantoan (2003, p. 12 ):

Sendo ou não uma mudança radical, toda crise de paradigma é cercada de muita incerteza, de insegurança, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar a mudança.

Mantoan (2013), ao fazer uma breve análise das escolas com a chegada da inclusão, faz a seguinte observação:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (p.12).

Para Cunha (2015) a inclusão dos alunos com necessidades especiais vai mais além do que apenas matricular os alunos na escola, deve-se fornecer condições para que os alunos permaneçam na escola e apresentem a

possibilidade de desempenho da aprendizagem. De forma que os alunos devem ser acolhidos em instituições preparadas que apresentem professores qualificados e seguros para lidar com as especificidades de cada aluno, assim como o fornecimento de recursos pedagógicos que auxiliem e facilitem o processo de ensino e aprendizagem.

Atrelado a este fato, existe a dificuldade dos professores em lidar com as pessoas com deficiência, fazendo com que estes vejam os alunos como um problema, como aborda uma das entrevistadas: [...] tem que aceitar o aluno especial (Professora 2). A lei proíbe que as escolas neguem a matrícula do aluno com deficiência, logo a fala da professora reflete essa falta de escolha e ela tem que aceitar o aluno com deficiência em sua sala de aula.

Por sua vez, esse aluno passa a ser mais um “problema” a ser administrado, segundo Mantoan (2003): “[...] Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos”. Observa-se que tal fato é o reflexo da falta de preparo e de formação para educar os alunos que apresentam alguma deficiência e tornando essa prática um fardo para esses profissionais e que, por vezes, compromete a qualidade da educação.

Esse tipo de situação implica na responsabilidade do governo em promover, de fato, a educação inclusiva, sem a promoção da segregação, não apenas pensando na prática de interesses políticos e econômicos, mas na perspectiva de uma educação de qualidade para todos, conforme estabelece o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Contraopondo, a fala da entrevistada anterior, a professora 1, relata que existem conquistas com relação à educação inclusiva no município, de modo que foram oferecidos conteúdos norteadores para trabalhar nessa perspectiva na escola, como ela relata em sua fala:

***Professora 1:*** *A conquista que a gente está tendo atualmente, no município é que está tendo uma formação com a Secretária de Educação e essa formação de certa forma está ajudando a gente, porque ela está trazendo conteúdos que trabalha a educação inclusiva e ela está nos mostrando meios, e nos dando um*

*norte de como trabalhar com essas crianças.*

Além da escola, cabe também ao professor a responsabilidade de garantir um ensino que atenda as demandas de cada aluno, de forma que os educadores devem ter conhecimentos adequados para uma educação qualificada (PEDROSO, 2013). Daí a importância das Secretarias de Educação promover formações na área da inclusão, no intuito de fornecer ferramentas teóricas e práticas para o docente melhor lidar com esses alunos na sala de aula.

Com relação à formação das participantes desse estudo, ambas relataram não ter recebido formação específica para trabalhar a educação inclusiva, como é abordado nos discursos:

**Professora 1:** [...] acredito que deveria ter uma formação mais específica relacionada só a inclusão mesmo, a gente deveria ter uma sala de aula com um professor preparado pra trabalhar com a gente.

**Professora 2:** de maneira nenhuma... não tenho nenhuma formação específica para trabalhar com aquele aluno, a gente se rebola de todas as maneiras pra fazer o melhor.

Nessa perspectiva, Martins (2012) atribui a responsabilidade da falta de qualificação dos professores às instituições de ensino superior, uma vez que a estrutura curricular dos cursos não oferta disciplinas que contemplem a educação inclusiva, por vezes, aos serem ofertados conteúdos relacionados a essa prática não são suficientes para atender às demandas desse público.

Denari (2014) afirma que os professores que são responsáveis por formar professores aptos para atuar na educação inclusiva devem basear o ensino na realidade, utilizando de práticas pedagógicas que garantam a experiência, as quais devem ser pautadas no respeito, no entendimento de uma educação de qualidade para todos, apesar das diferenças e a tomada de decisões que garantam atitudes e posturas que são derivadas do princípio da inclusão.

Dessa forma o Plano Nacional de Educação (PNE), especifica 28 objetivos acerca da formação dos professores, considerando a atuação na educação inclusiva de modo a desenvolver conhecimentos que integrem os

estudantes com necessidades educacionais (BRASIL, 2001). De acordo com esse plano:

[...] a educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL, 2001).

Percebe-se que a formação dos professores ainda representa um grande desafio para a educação brasileira, tornando necessária uma atualização nas matrizes curriculares e os projetos políticos pedagógicos dos cursos de licenciatura e pedagogia, vislumbrando um preparo mais amplo e adequado sobre essa temática, tornando os professores capacitados para atender as especificidades de cada aluno.

De acordo com Veiga (1995) o projeto político pedagógico se relaciona com um compromisso sociopolítico, que colocam em ênfase os interesses coletivos da sociedade. Desse modo, as instituições devem descrever a forma como se relacionam com projetos desempenhados na sociedade e direciona o trabalho dos professores.

Aproveitando o espaço social constituído pela escola, deve-se considerar a articulação entre várias entidades, como ONGs, a sociedade em geral e o poder público para debater as questões referentes o fomento da educação inclusiva, estendendo a responsabilidade à todos, para que os direitos dos estudantes com necessidades educacionais sejam assegurados, tendo em vista que ainda enfrentam diversos entraves para a consolidação de uma educação de qualidade, de modo que seja possível trabalhar com todos os alunos de forma equitativa, como é proposto nas falas das professoras:

***Professor 1:*** a gente procura trabalhar assim de forma individual e diferenciada, por que não tem como você trabalhar os mesmos conteúdo da mesma forma que você trabalha com as crianças ditas “normais”, você tem que elaborar atividades relacionadas.

***Professor 2:*** por que a gente tem que trabalhar diferente, ela não tem a mesma habilidade que uma criança “normal” e a gente fica sem saber que tipo de problema aquela criança tem, a

*gente sabe que ela tem algum tipo de deficiência, mas muitas vezes os pais não passam pra gente.*

Fica claro nos discursos das professoras, a dificuldade enfrentada por elas em lidar com alunos com necessidades específicas, principalmente no que se refere ao método de ensino e avaliação, e atribuem parte dessa responsabilidade aos pais, por não relatarem as especificidades de seus filhos.

Perante a esse cenário Cambruzzi (1998, p.87) afirma a importância das famílias no processo educacional, ressaltando parceria fundamental entre a escola e a família, potencializando as mudanças e quebras de paradigmas e estigmas com relação às crianças com deficiência.

Mesmo com a dificuldade em desenvolver métodos de ensino que incluam os alunos com necessidades educacionais nas atividades em sala de aula, as professoras relatam que utilizam jogos educativos:

***Professora 1:*** *principalmente atividades com jogos, assim por que essas crianças que tem deficiência e principalmente quando é uma deficiência mental, se tem mais dificuldade de aprendizagem, que não consegue aprender com o mesmo ritmo dos outros e a gente percebe que quando a gente elabora e planeja uma atividade com jogos facilita de certa forma a aprendizagem deles melhora, por que eles se sentem entusiasmado, eles ao mesmo tempo que estão brincando eles estão aprendendo, então através de jogos foi uma maneira assim, de fazer com que eles tenham um certo avanço.*

***Professora 2:*** *jogos, brincadeiras que chamam atenção deles, né. Tem que trabalhar com eles diferenciados, trabalhar o mesmo conteúdo; mas de uma maneira diferente, com aquela criança da maneira que possa adquirir o aprendizado e tem que ver o tipo de deficiência que ele tem.*

Em ambas as falas, fica explícito que os jogos educativos são uma estratégia presente na escola para trabalhar com crianças com deficiência, porém as professoras não descrevem como é realizado esse trabalho e quais os tipos de jogos utilizados.

Acerca dos jogos, Abrantes (2010, p.1) destaca que:

O jogo possui vários objetivos pedagógicos como: trabalhar a ansiedade dos alunos por meio de atividades que exigem concentração; rever limite, pois é pelos jogos que o aluno se enquadra em regras, reagindo com suas emoções para aprender a ganhar e perder, aprendendo inclusive a respeitar e ser respeitado; proporcionar confiança em si e nos outros; estimular a autoestima; confeccionar jogos, fazendo que a criança tenha oportunidade de errar, acertar, construir, criar, copiar, desenvolver planos aumentando sua autoestima, acreditando que é capaz de fazer muitas coisas para si; desenvolver a autonomia, proporcionando ao aluno a oportunidade de responsabilizar-se por suas escolhas e atos; ampliar o raciocínio lógico, exigindo planejamento e estratégias para raciocinar.

Com relação à educação inclusiva, o jogo se constitui como uma metodologia que contribui com o processo de ensino e aprendizagem, estimulando o desenvolvimento psicomotor e social dos alunos, porém devem ser elaborados de forma que atendam à ideia de inclusão e às necessidades especiais dos alunos.

Todas as metodologias e ferramentas que são utilizados pelas professoras devem ser disponibilizadas para que os educadores tenham a possibilidade de inovar e trazer métodos que estimulem o aprendizado e melhore a inserção dos alunos com necessidades educativas em sala de aula, porém ainda existe a dificuldade em utilizar alguns instrumentos didáticos pela falta de recursos e capacitação, como abordado no discurso a seguir:

***Professor 2:*** *O governo bota pra gente receber aquela criança e não dar nenhum estudo, nenhum material a parte...” O professor tem que se rebolar de todas as maneiras e receber aquela criança e se virá, por que a gente não tem nenhuma ajuda, na verdade não temos nenhuma ajuda, só nos em sala de aula mesmo.*

Além disso, as professoras relatam que as principais dificuldades em lidar com alunos com necessidades especiais estão atreladas ao cuidado de não excluir as crianças das atividades e improvisar métodos para educar a todos de forma efetiva e igualitária, como fica claro nas falas:

**Professor 1:** *eu venho falando a questão de a formação da gente não saber lidar com aquela criança, de não ter nenhum estudo a parte e a gente tem que receber aquela criança*

**Professor 2:** *O professor tem que se rebolar de todas as maneiras e receber aquela criança e se virá, por que a gente não tem nenhuma ajuda, na verdade não temos nenhuma ajuda, só nos em sala de aula mesmo*

Apesar das dificuldades apontadas pelas participantes do estudo, a educação inclusiva colabora de forma positiva tanto na vida profissional como pessoal dos profissionais responsáveis pela missão de inserir e incluir alunos que vivem com deficiência no ensino regular de ensino.

**Professora 1:** *O ponto positivo é por que a gente a partir do momento que começa a trabalhar com essas crianças, a gente começa a perceber o mundo diferente, a gente até começa a se sentir um ser humano melhor; por que a partir do momento que você ver aquela criança com deficiência você se coloca e se questiona e se fosse o meu filho que tivesse com aquele problema, então eu tenho que tratar ele como eu gostaria se alguém tivesse tratando meu filho. Então, eles nos ensina a ser*

*seres humanos melhores, muitas vezes a gente fica percebendo aquela dificuldade daquela criança, mas eles estão ali muitas vezes com vontade de aprender e muitas vezes impossibilitado, por que as vezes a gente não tem nem como fazer muito, a gente tem vontade mais fica meio que perdido, eles nos ensina serem humanos melhores a partir do momento que a gente busca algo novo pra ajudar aquela criança, por que quando você percebe que a ajudando aquela criança você melhora como ser humano.*

**Professora 2:** *o ponto positivo é que a gente aprende bastante, até as nossas limitações em relação a esses alunos, por que é um desafio você receber um aluno especial sem a gente ter nenhuma capacitação, por que a gente não tem nenhuma capacitação para trabalhar com um aluno que seja mudo e surdo, eu não sei trabalhar com libras, então a gente tem que fazer o quê? Aliás, a partir daí que você tem um aluno com necessidades especiais tem que se fazer um estudo a parte desse aluno, pra saber como trabalhar com ele, dependendo da sua deficiência” trabalhar a partir das especificidades de cada deficiência. Trabalhar com o aluno surdo requer um conhecimento básico de LIBRAS ou ter o acompanhamento de um interprete em sala de aula.*

As professoras atrelam aos seus discursos a percepção de ver os alunos com um olhar humanizado, com empatia, e que por meio do convívio são



estimuladas a buscar meios de melhorar a educação dessas crianças. De forma que despertam o interesse em vencer as limitações e ir à busca de conhecimentos para suprir as lacunas deixadas pela atual educação inclusiva.

De acordo com Mahoney e Almeida (2005) é essencial que o professor que trabalha no âmbito da educação inclusiva desempenha afetividade com os seus alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, sendo um sentimento motivador para as aulas e para a relação professor e aluno.

Corroborando com essa premissa, Pereira e Gonçalves (2010), abordam que a relação de confiança entre os envolvidos na educação inclusiva reflete significativamente na aprendizagem do aluno.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a educação inclusiva ainda é uma prática que precisa superar diversos desafios para que seja desempenhada em toda sua plenitude e que alcance a inserção e a inclusão de alunos com necessidades educacionais na escola de ensino regular.

De acordo com essa pesquisa, foi possível constatar que o principal desafio enfrentado para a consolidação da inserção do aluno com deficiência nas salas de aula, está relacionado com a falta de qualificação dos professores, que relatam sentirem-se despreparados para atender as especificidades dos alunos deficientes.

Outro entrave apontado foi a falta de recursos pedagógicos para trabalhar em sala de aula, sendo a elaboração de atividades adequadas para os alunos um desafio enfrentado pelos professores, atrelando a falta de instrumentos com a falta de qualificação.

Desse modo, evidencia-se que a educação inclusiva se torna insuficiente, pois os professores acabam trabalhando com os alunos deficientes de maneira improvisada, o que resulta em uma educação de baixa qualidade e que pode influenciar negativamente no desenvolvimento dos educandos.

Apesar de vários desafios enfrentados para incorporar a educação inclusiva de forma efetiva e eficaz, foram apontadas algumas conquistas, como cursos preparatórios para guiar a prática dos professores e o afeto que passou a ser percebido na relação entre professor e aluno, tornando os professores cada vez mais engajados na busca de conhecimento para efetivar a educação dos alunos especiais.

Portanto, é necessário repensar a educação inclusiva como uma prática que deve ser trabalhada ainda na formação dos professores, durante os cursos de graduação, atualizando os projetos políticos pedagógicos e a matriz curricular, proporcionando a qualificação adequada para a utilização de práticas pedagógicas que favoreçam o processo cognitivo dos discentes que vivem com deficiência.

Cabem às autoridades públicas prover recursos materiais pedagógicos que fomentem o ensino de alunos deficientes, para que os professores

qualificados lancem mão dessas ferramentas para uma educação qualificada.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, K. A importância dos jogos didáticos no processo de ensino aprendizagem para deficientes intelectuais. Campina Grande, 2010. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15568/1/2015\\_ElidianeTorresDoCarmo\\_tcc.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15568/1/2015_ElidianeTorresDoCarmo_tcc.pdf)>. Acesso em 20/05/2019.

ANDRÉ, M.E.D.A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005.

BARRETO, K. C. C.; BARRETO, W.P. A Formação dos Professores e a Inclusão Escolar. **Ciclo Revista**, Goiânia, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/ciclo/article/viewFile/211/124>> Acesso em 20/05/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)> Acesso em 07/05/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 15/05/2019;

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em :<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 20/05/2019;

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> Acesso em 20/05/2019;

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001. Brasília: Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em 20/05/2019;

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 2008. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>> Acesso em 02/06/2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em 20/05/2019.

BRASIL. Educação Inclusiva: o direito à diversidade. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>> Acesso em 20/05/2019.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996. Disponível em:< [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)> Acesso em 12/05/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>> Acesso em 20/05/2019;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

Disponível em :<

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1669\\_0-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1669_0-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em 20/05/2019.

BRASIL. Portaria Normativa nº 13. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC, 2007.

Disponível em:<

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9935](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935)

-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192> Acesso em 20/05/2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10172/2001 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em :<

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em 20/05/2019;

CAMBRUZZI, R. C. S. Estimulação Essencial ao portador de Surdez. **Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90. Acesso em 05/05/2019.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015. Disponível em:<

[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4906/1/MARLEIDE\\_SANTOS\\_CUNHA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4906/1/MARLEIDE_SANTOS_CUNHA.pdf)>

Acesso em 05/05/2019.

DENARI, F.E. De classes especiais e atendimento educacional especializado: a elegibilidade de alunos como foco. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**. Marília: UNESP, v.1, n.1, p. 45-52, jan./dez. 2014.

Disponível em:<

[www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/.../4539](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/.../4539)> Acesso em 05/05/2019.

DUEK, V.P. Formação Continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. **Educ. rev., Belo Horizonte**, v. 30, n. 2, p. 17- 42, junho, 2014. Disponível em:<

<http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n2/02.pdf>> Acesso em 07/05/2019.

FREIRE, Sofia. Um Olhar Sobre a Inclusão. **Revista da Educação**, Lisboa, v. 16, n. 1,p.5-20, 2008.Disponível em:

<<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>> Acesso em 20/05/2019.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. RODRIGUES, David (org). Inclusão e

educação-doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. Disponível em:< [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/535-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/535-0.pdf)>. Acesso em 05/05/2019.

FURLN, Ana Maria da Silva. **Métodos e Técnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais Atendimento Educacional Especializado**, 2014. 45 folhas Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014. Disponível em :< [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4229/1/MD\\_EDUMTE\\_2014\\_2\\_6.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4229/1/MD_EDUMTE_2014_2_6.pdf)> Acesso em 05/05/2019.

HONNEF, C.; COSTAS, F. A. T. Formação para a educação especial na denuncia perspectiva inclusiva: o papel das experiências pedagógicas docentes nesse processo. Revista reflexão e ação, Santa Cruz do Sul, v.20, n1, p.111-124, jan./jun.2012. Disponível em:< C Honnef, FAT Costas - Reflexão e Ação, 2012 - online.unisc.br.> Acesso em 05/06/2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-da-lagoa-tapada/panorama>> Acesso em 04/07/2019.

JANUÁRIA, M.A.M.M. Artigo Monográfico de Especialização: A inclusão de alunos surdos em classe comum do ensino regular. Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, MG, BRASIL.2010. Disponível em: < [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2747/Miranda\\_Maria\\_Aparecida\\_Matosde.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2747/Miranda_Maria_Aparecida_Matosde.pdf?sequence=1)> Acesso em 25/05/2019.

JANUZZI, G.M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a17.pdf>>

LEITE, C.L.S.; PEREIRA, J.C. A educação do deficiente visual na perspectiva inclusiva, VIII Fórum internacional de pedagogia, 2009. Disponível em: < [https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO\\_EV057\\_MD1\\_SA6\\_ID2827\\_20092016144444.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA6_ID2827_20092016144444.pdf)> .

LOPES, J.F.; CAPELLINI, V.L.M.F.. Escola Inclusiva: um estudo sobre a infraestrutura escolar e a interação entre os alunos com e sem deficiência. **Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES**. Vitória, ES. a. 12, v. 19, n. 42, p. 91-105, jul./dez. 2015.

Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/12832/8891>> Acesso em 05/05/2019.

MAHONEY, A.A.; ALMEIDA, L.R. Afetividade e processo ensino aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 20, p. 11- 30, set. 2005. Disponível em :< [revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/9584/9457](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/9584/9457)> Acesso em 05/05/2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, L. A. R. Reflexões sobre formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Orgs.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 25 – 38.

MAZZOTA, M. J.S. Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial. São Paulo: EPU, 1993.

MICHELS, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, RS, v. 24, n. 40, p. 219-232, 2011. Disponível em: <  
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/download/2668/2440>>. Acesso em 15/05/2019.

NETO, A.O.S. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**. v.31, n. 60,p. 81-92,jan./mar, 2018. Disponível em: <  
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091/pdf>> Acesso em 05/05/2019.

OLIVEIRA, F.M.A formação de professores e a educação inclusiva. Rev Alpha, n. 16, dez. 2015. Disponível em: <  
[alpha.unipam.edu.br/.../A++formação+de+professores+e+a+educação+inclusiva.pdf](http://alpha.unipam.edu.br/.../A++formação+de+professores+e+a+educação+inclusiva.pdf)>

PASSOS,F.J.Inclusão no contexto escolar: percepções de alunos com deficiência intelectual e professores de educação física.E-legis, Brasília,– Pesquisas e Políticas sobre Esporte. n.especial. nov. 2018.Disponível em: <  
<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/480/478>>

PEDROSO, C. C. A. ; CAMPOS, J. A. P. P. ; DUARTE, M. Formação de professores e educação inclusiva: análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. Educação Unisinos, v. 17, n.1,2013. Disponível em:<  
<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2013.171.05>>

PEREIRA, M. J. A; GONÇALVES, R. Afetividade: caminho para aprendizagem. Revista Alcance (EAD/UniRio), 1. ed., p. 2-7, 2010. Disponível em: <  
<http://www.seer.unirio.br/index.php/alcance/article/viewFile/669/625>>

REBELO, A.S.; KASSAR, M.C.M. Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil. Rev. Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.1, p.56-66, jul./dez. 2017. Disponível em: <  
[revista.ibict.br/inclusao/article/download/4079/3591](http://revista.ibict.br/inclusao/article/download/4079/3591)>

ROCHA,A.B.O. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaios Pedagógicos**, v.7, n.2, Jul/Dez 2017. Disponível em:<  
<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O->



PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO- INCLUSIVA.pdf>

ROGALSKI, S.M. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de educação do IDEAU**. v.5,n.12, 2010.Disponível em : < <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5051/1/PDF%20-%20Maric%C3%A9lia%20Tom%C3%A1z%20de%20Souto.pdf>> Acesso em 05/05/2019.

SOUTO, M.T. **Educação inclusiva no Brasil: Contexto Histórico e contemporaneidade**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, 38f. 2014.Disponível em:< <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5051/1/PDF%20-%20Maric%C3%A9lia%20Tom%C3%A1z%20de%20Souto.pdf>> Acesso em 05/05/2019.

TAVARES, M. M. **Educação inclusiva: outros caminhos**. Rio de Janeiro: Dunya, 2005. Acesso em 15/05/2019.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.Disponível em: < <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 05/05/2019.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994. Unesco,1998.Disponível em:< <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>> Acesso em 05/05/2019.

VEIGA, I. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus. 1995. p. 11-35.Disponível em:< <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>>. Acesso em 05/05/2019.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE  
EDUCAÇÃO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante

Sou estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras/PB e estou realizando uma pesquisa sob a supervisão da Prof. Dr<sup>a</sup> Nozângela Dantas Rolim (UFCG), cujo objetivo principal é analisar como acontece o processo de inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de crianças com necessidades educativas especiais em uma escola regular da cidade de Sousa-PB.

Sua participação envolve uma entrevista que será gravada, contendo quatorze (14) questões abertas. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá com a produção de conhecimento científico na área educacional, mais especificamente nas discussões voltadas para salas de AEE, dessa escola.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa contatar com a Professora Orientadora Nozângela Dantas Rolim, e-mail: nozangela@gmail.com e a Pesquisadora Edna Gomes Pedrosa Casimiro, e-mail: manueliaristides@gmail.com .

Atenciosamente,

---

Assinatura da Estudante Matrícula: 213130130

---

Assinatura da Professora Orientadora

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

---

Assinatura do Participante Voluntário(a) da Pesquisa  
RG:

novembro de 2018.

## APÊNDICE B

### Roteiro de Entrevista

- 1) Para você quais os principais desafios para Educação Inclusiva na escola?
- 2) Com relação às conquistas relacionadas à Educação Inclusiva, você poderia descrever quais foram e como foram alcançadas?
- 3) Você acredita que os professores recebem formação adequada para trabalhar com pessoas com deficiência?
- 4) Na sua perspectiva quais os desafios enfrentados pelos estudantes que possuem alguma deficiência na escola?
- 5) Como a escola trabalha as dificuldades apresentadas pelo estudante com deficiência?
- 6) Descreva algumas atividades realizadas na sala de aula que favoreceu a aprendizagem do estudante com deficiência
- 7) Quais os pontos positivos de se ter um aluno com deficiência na escola?
- 8) Quais as principais dificuldades que você enfrenta para lidar com o aluno com deficiência na sua sala de aula?